

Promessas de vencedores

Eles ganharam US\$ 21,7 bilhões durante o ano passado — estima o Banco Central.

Mas pode ter sido um pouco mais: US\$ 25,4 bilhões, calcula a Fundação Getúlio Vargas, do Rio.

É um lucro que merece o adjetivo de fantástico, em qualquer parte do mundo. É do tamanho, por exemplo, da dívida total do Estado de São Paulo, o mais rico da Federação.

Equivale ao valor de mercado das ações das quatro "holdings" estatais — Telebrás, Eletrobrás, Petrobrás e Companhia Vale do Rio Doce. Juntas.

Foi lucro obtido sem muito esforço. Precisaram apenas apostar na inflação, que fechou 1993 em 2.708%.

Eis os ganhadores, segundo análise do Banco Central: o setor público, as instituições financeiras e os conglomerados empresariais com poder real para direcionar a economia, especialmente os preços (monopólios, oligopólios e cartéis). São os grandes sócios da inflação.

O setor público, sozinho, ganhou US\$ 12,8 bilhões em cima da desvalorização do papel-moeda, desprotegido da inflação, que permaneceu nas mãos do público ou na forma de reservas bancárias, sem qualquer remuneração. A FGV chegou à constatação de um ganho pouco maior (US\$ 15 bilhões).

O setor privado lucrou US\$ 8,9 bilhões, segundo os dados governamentais. Segundo a FGV, esse ganho chegou a US\$ 10,4 bilhões.

A maior fatia foi a dos bancos que, na prática, captaram recursos a custo zero — o dinheiro parado nas contas correntes — e emprestaram ao custo mais elevado do Ocidente.

Os perdedores foram as pessoas que vivem em cruzeiros reais. Mas, entre essas, algumas perderam mais que outras.

Aí estão 67 milhões de brasileiros que não têm acesso a qualquer mecanismo de defesa da inflação. Nem mesmo ao mais corriqueiro dos ativos financeiros, a caderneta de poupança, em tese a única aplicação possível ao segmento de baixa renda. Eles representam 59%

da população em idade produtiva.

É a legião dos derrotados pela inflação de janeiro a dezembro do ano passado. Nos últimos 12 meses encerrados em maio, ela atingiu 4.584%.

Essa massa de vencidos vai às urnas, 92 dias depois do lançamento do real. Na fila da cabine de votação, a cada quatro eleitores vai haver três que sobrevivem com menos de CR\$ 285 mil mensais (130 URVs).

É um voto por cabeça. Porém, o voto do Brasil endinheirado (aquele emirado onde a renda per capita é 33 vezes maior) vale metade do voto do Brasil sem dinheiro, a Botswana da América do Sul.

Os derrotados é que vão decidir a sucessão presidencial, a eleição de governadores, do novo Con-

gresso e das assembleias estaduais. Do desprezo em largos períodos governamentais, passaram, agora, à condição de alvo da cobiça eleitoral.

Para tentar atraí-los programa-se ultrapassar os limites das simples e já desgastadas promessas de rendição econômica, que nascem e morrem nas épocas de campanhas.

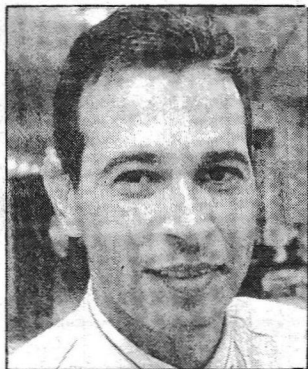
No governo, por exemplo, há os que estão propondo ao presidente da República um aumento do salário-mínimo, para "compensar" os aumentos de preços dos ali-

mentos (oligopólios do setor, como os de derivados de leite, ganharam pelo menos 26% com aumentos, nos primeiros quatro meses do Plano Real).

Já entre alguns candidatos à Presidência da República que não têm apoio governamental planeja-se uma ofensiva milionária de propaganda política — com forte tom oposicionista —, a partir de agosto, depois da Copa do Mundo. Há casos de orçamento de gastos de US\$ 1 milhão ao dia, até 3 de outubro.

As antigas promessas de mudanças continuarão sendo feitas. Até porque a utopia é, sempre, vital à política.

O problema é que elas voltaram a ser repetidas, desta vez, da mesma forma de sempre. Ou seja, sem nenhum compromisso com a realidade das finanças públicas. Promessas de vencedores. Para que tudo continue como está.



■ José Casado é jornalista

Perdedores foram os 67 milhões que não têm acesso a qualquer mecanismo de defesa da inflação